



Prefeitura de Caxias do Sul -RS
Agente de Combate às Endemias

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa	1
Estruturação e articulação do texto	5
Significado contextual de palavras e expressões.....	6
Pressuposições e inferências.....	7
Recursos de argumentação	7
Nexos e outros recursos coesivos.....	8
Ortografia. O uso dos porquês	9
Acentuação gráfica.....	10
Classes de palavras	13
Estrutura e formação de palavras	29
Semântica.....	32
Flexão nominal e verbal	32
Colocação pronominal.....	34
Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo	39
Termos da oração. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, locuções conjuntivas e dos pronomes relativos	39
Concordância nominal e verbal	44
Regência nominal e verbal.....	46
Ocorrência de crase	49
Pontuação	50
Figuras de linguagem.....	54
Vícios de linguagem	59
Questões	61
Gabarito.....	81

MATEMÁTICA

SUMÁRIO



Conjuntos Numéricos (Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais): propriedades, operações, representação geométrica	1
Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG)	18
Matriz, determinante e sistemas lineares	22
Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais, taxas de acréscimo e decréscimos, montante e capital, lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda	34
Razão e proporção	39
regra de três (simples e composta)	42
Estatística: média aritmética, moda, mediana	43
Geometria plana: ângulos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência: Propriedades, perímetro e área	45
Raciocínio lógico	55
Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas	61
Questões	34
Gabarito	73

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Título VIII: Da Ordem Social; CAPÍTULO II – Da Seguridade Social; Seção III – Da Previdência Social: arts. 201 a 202	1
BRASIL. Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	4
BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências	31
BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	44
BRASIL. Decreto – Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. PARTE ESPECIAL. TÍTULO XI – Dos Crimes Contra a Administração Pública; CAPÍTULO I – Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral: arts. 312 a 327	69
CAXIAS DO SUL. Lei Complementar n.º 321, de 22 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento do Poder Executivo Municipal de Caxias do Sul: Capítulo I – Das Disposições Iniciais: arts. 1º ao 3º; Capítulo II – Do Sistema Organizacional: arts. 4º ao 6º; Capítulo III – Da Estrutura do Poder Executivo: art. 7º; Capítulo IV – Da Estrutura Básica das Secretarias: art. 8º; Capítulo V – Da Ação Administrativa: arts. 9º e 10; Seção I – Do Planejamento: art. 11; Seção II – Dos Recursos Humanos: arts. 12 e 13; Seção III – Da Administração Fazendária: arts. 14 a 18; Seção IV – Da Organização, Modernização e Eficiência: arts. 19 a 21	83
Questões	88

SUMÁRIO



Gabarito.....	95
---------------	----

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LOCAIS

Visita domiciliar.....	1
Avaliação de áreas de risco ambiental e sanitário	2
Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento	4
Noções básicas de doenças como Dengue, Febre Chikungunya, Zika Vírus, Raiva, Leptospirose, Febre Amarela	8
Noções básicas de Controle de Vetores da Dengue, Roedores, Simulídeos, Morcegos, Animais Peçonhentos e Sinantrópicos e Vigilância da Qualidade da Água.....	14
Noções básicas dos aspectos biológicos e métodos de controle do Aedes aegypti.....	15
O trabalho do Agente Epidemiológico	24
Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário ...	26
Ética no trabalho em saúde.....	27
Direitos humanos.....	33
Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população.....	37
Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos: conceitos, aplicação.....	38
Vigilância no território. A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância.....	40
Situação epidemiológica no Município	42
Leishmaniose: características epidemiológicas: ciclo, modo de transmissão, período de incubação, suscetibilidade e imunidade; aspectos clínicos no cão; medidas preventivas dirigidas à população humana, ao vetor e à população canina; Protocolo de exames de laboratório.....	42
Programa Nacional de Controle da Dengue, Zika Vírus, Febre Chikungunya: o que é significado do nome, área de circulação, situação nas Américas, transmissão, notificação de caso e prevenção	47
Controle ético da população de cães e gatos: guarda responsável e controle populacional de cães e gatos	48
Situação do Programa de controle populacional de cães e gatos	49
Raiva: noções sobre a doença, vacinação antirrábica animal, controle de morcegos em áreas urbanas.....	49
Roedores / Leptospirose: controle de roedores em áreas urbanas	56
Animais Peçonhentos: ofídios, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros.....	64
Relações Humanas no Trabalho: comunicação e relacionamento interpessoal, comportamento adequado individual e em grupo, normas de conduta socialmente adequadas no ambiente de trabalho, trabalho em equipe.....	69

SUMÁRIO



Trato Social: regras de convivência	79
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Título VIII: Da Ordem Social; CAPÍTULO I – Disposição Geral: art. 193. CAPÍTULO II – Da Seguridade Social; Seção I – Disposições Gerais: arts. 194 a 195. Seção II – Da Saúde: arts. 196 a 200 ...	80
BRASIL. Lei nº. 11.350, de 05 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências	85
BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, de abril de 2001. Dengue - Instruções Para Pessoal de Combate ao Vetor - Manual de Normas Técnicas	96
BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, de outubro de 2001. Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos	96
BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, de novembro de 2001. Controle de Vetores – Procedimentos de Segurança	96
BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, de dezembro de 2002. Manual de Controle de Roedores.....	96
BRASIL. Ministério da Saúde, 1º edição, de 2008. Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva	97
BRASIL. Ministério da Saúde, de 2009. Manual de Controle de Escorpiões.....	97
BRASIL. Ministério da Saúde, 1ª edição revisada, de 2014. Normas Técnicas de Profilaxia da Raiva Humana	97
BRASIL. Ministério da Saúde, de 2016. Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses.....	97
BRASIL. Ministério da Saúde, de 2017. Febre Amarela – Guia Para Profissionais de Saúde	98
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 06. Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	98
RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 23.430, de 28 de outubro de 1974. Aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública. Título II: Da Proteção da Saúde; CAPÍTULO I – Das Doenças Transmissíveis; Seção II – Do Controle de Vetores: arts. 33 a 46. Seção III – Artrópodes Importunos: arts. 47 a 49. Seção IV – Combate aos Roedores: arts. 50 a 53. CAPÍTULO II – Do Saneamento do Meio; Seção II – Do Saneamento Básico: arts. 76 a 80. Subseção I – Do Abastecimento de Água: arts 81 a 98	106
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde, de novembro de 2018. Guia de Manejo e Controle de Morcegos - Técnicas de Identificação, Captura e Coleta	106
CAXIAS DO SUL. Lei Municipal nº. 6.265, de 18 de agosto de 2004. Dispõe sobre o serviço de Vigilância Ambiental em Saúde no Município de Caxias do Sul, criado pela Lei nº 4.755, de 05 de dezembro de 1997, e dá outras providências	107
CAXIAS DO SUL. Lei Municipal nº 6.845, de 04 de julho de 2008. Autoriza a Contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, nos termos da Emenda Constitucional nº 51 e dá outras providências.....	108

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

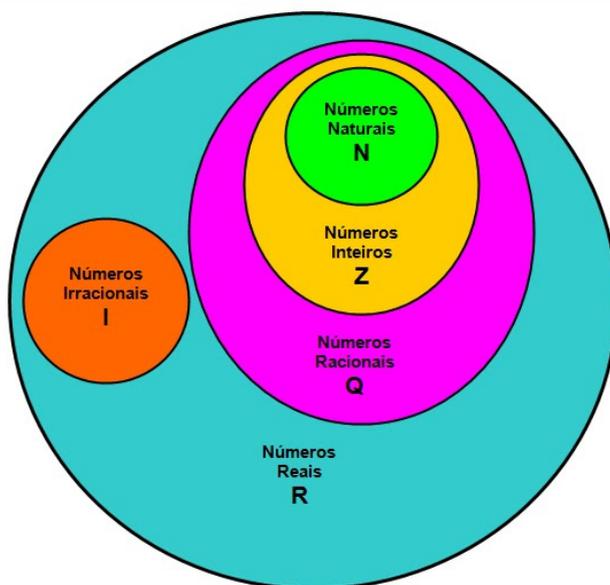
- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

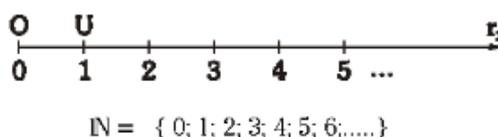
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.



Legislação

Previdência Social

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral (RGPS). Ele terá caráter contributivo e será de filiação obrigatória.

O leque de proteções da Previdência Social vai muito além da aposentadoria, conforme elenca o Artigo 201 da CF.

– Regras para Aposentadoria no RGPS

Atenção: Em regra, no RGPS não há aposentadoria compulsória.

Regras para aposentadoria no RGPS antes da EC n. 103/2019

	Homens	Mulheres
Por tempo de contribuição	35 anos	30 anos
Por idade*	65 anos	60 anos

***é reduzido em cinco anos** o limite de idade para os **trabalhadores rurais** de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em **regime de economia familiar**, nestes incluídos **o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal**.

Regras para aposentadoria no RGPS pós EC n. 103/2019

	Homens	Mulheres
Trabalhadores urbanos	65 anos	62 anos
Trabalhadores rurais*	60 anos	55 anos

***para os trabalhadores rurais** e para os que exerçam suas atividades em **regime de economia familiar**, nestes incluídos **o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal**.

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clink&gl=br>

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

(...)

SEÇÃO III

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(...)

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)



Conhecimentos Específicos e Locais

O ACE é um profissional fundamental para o controle de endemias e deve trabalhar de forma integrada às equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o ACS. Como estão em contato permanente com a comunidade onde trabalham, os agentes conhecem os principais problemas da região e pode envolver a população na busca da solução dessas questões.

São vários os instrumentos que podO ACE é um profissional fundamental para o controle de endemias e deve trabalhar de forma integrada às equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o ACS. Como estão em contato permanente com a comunidade onde trabalham, os agentes conhecem os principais problemas da região e pode envolver a população na busca da solução dessas questões.

São vários os instrumentos que podem ser utilizados para coletar as informações e cada um deles tem um objetivo. A soma de todos eles ajuda a fazer o diagnóstico. São eles:

- Visita domiciliar/entrevista;
- Cadastramento dos domicílios;
- Mapa da comunidade;
- Reuniões comunitárias.

A visita domiciliar é uma das atividades mais importantes do agente, devendo ser feita sempre porque faz parte da sua rotina de trabalho. É através dela que é possível:

- Identificar as pessoas que estão bem de saúde e as que não estão;
- Mobilizar as pessoas em relação à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;
- Identificar casos suspeitos dos agravos e doenças à saúde;
- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;
- Realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;
- Mobilizar as pessoas para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;
- Ensinar às pessoas medidas simples de prevenção e orientá-las.

O ACE também realiza visita aos imóveis e outras localidades com o objetivo de prevenir e controlar doenças como dengue, malária, leishmaniose, doença de Chagas, controle de roedores, prevenção de acidentes por cobras, escorpiões e aranhas, participa das ações de vacinação de cães e gatos para prevenção e controle da raiva, entre outras ações de manejo ambiental. Assim como verificar a presença de criadouros orientando os moradores sobre medidas preventivas.

Mas, para que uma visita domiciliar seja bem-feita, ela precisa ser planejada. Planejar é ver os detalhes da visita antes de fazê-la, buscando aproveitar melhor o tempo de acordo com o disponibilizado pelas pessoas visitadas.

Assim, antes de se direcionar à casa das pessoas, é preciso atentar a alguns pontos:

- Quando for a primeira visita à família, antes de qualquer coisa, é importante que o ACE se apresente: diga seu nome, qual o seu trabalho, o motivo da visita e perguntar se pode ser recebido naquele momento;
- É importante esclarecer às pessoas o motivo da visita, e qual a utilidade e importância desse encontro;